



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI N 21/2021 18 DE MAIO DE 2021

INSTITUI A “FICHA LIMPA NO MUNICÍPIO DE GUAR-SP” PARA A NOMEAÇÃO DE SERVIDORES PARA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, AGENTES POLÍTICOS E DESIGNAÇÃO DE FUNOES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR/SP**, no uso de suas atribuições legais;

APROVA:

Art. 1. Fica vedada a nomeação para qualquer cargo de provimento em comissão, inclusive cargos de agente político, no âmbito da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, de quem incorra em qualquer das hipóteses de inelegibilidade enumeradas no artigo 1 da Lei Complementar 64/1990 e suas alterações.

Parágrafo nico. A vedação prevista no *caput* não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

Art. 2. Para nomeação nos cargos de provimento em comissão, inclusive cargos de agente político, o indicado deverá apresentar declaração de que não se enquadra em nenhuma das causas de inelegibilidade enumeradas no artigo 1 da Lei Complementar 64/1990 e suas alterações.

Art. 3. Os servidores efetivos designados para ocupar funoes de direção, chefia e assessoramento, na administração direta e indireta do Município, tmbm deverão apresentar declaração de que não incorrem nas vedaoes de que trata o art. 1, sendo impedida a nomeação para ocupação dessas funoes quando o servidor(a) estiver inserido(a) nas hipóteses de inelegibilidade.

Art. 4. Caberá ao Poder Executivo Municipal e ao Poder Legislativo Municipal a fiscalização de seus atos em obediência à presente lei, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informaçoes e documentos complementares necessários para o cumprimento das exigências legais.

Art. 5. Todos os atos efetuados em desobediência às vedaoes previstas nesta Lei serão considerados nulos a partir da sua vigência.

Art. 6. Os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação da lei, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão, bem como a cessão das funoes de direção, chefia e assessoramento dos servidores efetivos, enquadrados nas vedaoes previstas no art. 1.

Art. 7. As denúncias de descumprimento da lei deverão ser encaminhadas a Controladoria da Câmara Municipal, Controladoria do Município e ao



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Ministério Público, que ordenaro, conforme suas atribuições, as providências cabíveis na espécie.

Art. 8.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guar/SP, 18 de maio de 2021.

2

Flávio Roberto Chaude
Vereador

JUSTIFICATIVA

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar n 135/2010), alterou a Lei de casos de Inelegibilidades (Lei Complementar) 64/1990, sendo considerada como um exemplo da aplicação do exercício da cidadania, transparência, democracia, representando um marco moralizador em nosso país ao determinar o impedimento de políticos condenados pela justiça em participar do pleito eletivo. No entanto, apesar da Lei Federal vedar que pessoas que possuam vida pregressa inidônea concorram a cargos eletivos, isso não impede que essas possam ocupar cargos comissionados ou de confiança, onde igualmente estariam lidando com a res pública. Assim sendo, a Lei Municipal garantir que as vedações da Lei Federal sejam estendidas também para as nomeações do Poderes Executivo e Legislativo local, protegendo a Administração Municipal dos julgados e condenados pela justiça que tenham cometido crimes contra o erário público, crimes previstos na Lei Maria da Penha, crimes eleitorais, crimes ambientais, abuso de autoridade, lavagem de dinheiro, crimes análogos  escravidão, crimes contra a vida e a dignidade sexual, demitidos do serviço público, entre outras tipificações. O projeto de lei que está sendo apresentado está se difundindo também por muitos outros municípios, uma vez que os cidadãos brasileiros estão mais preocupados com os bens públicos e seus administradores.